

Radar GSUM

nº 7 | Edição especial – De 05 de fevereiro a 04 de março de 2016

 **Colômbia**
Desavenças na reta final

 **Colômbia & Venezuela**
Crise na fronteira

 **Venezuela**
Lutando contra a crise

 **Venezuela & Guiana**
Incertezas em Essequibo



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS



Colômbia **Desavenças na reta final**

No dia 02 de março, as delegações do governo colombiano e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) **retomaram os diálogos em Havana**, agora em seu 48º ciclo, com a intenção de impulsioná-los de modo definitivo e cumprir o prazo anunciado para a assinatura do acordo final (23 de março). O apoio internacional aos diálogos segue firme, em especial após a aprovação do mecanismo de verificação da Organização das Nações Unidas (ONU) em janeiro e a visita do presidente Juan Manuel Santos aos Estados Unidos no início de fevereiro – ocasião em que se acordou o plano “**Paz Colômbia**”, com previsão de US\$450 milhões para o ano de 2017. Confirmou-se recentemente, ademais, que o Papa Francisco visitará o país no primeiro semestre do ano que vem.

O cumprimento do prazo final, no entanto, parece cada vez mais distante, visto que alguns temas cruciais ainda aguardam negociação e, nas últimas semanas, a relação entre as partes estremeceu e foi necessário que Cuba e Noruega, garantidoras do processo, interviessem para garantir sua continuação. Tal estremecimento deu-se principalmente no contexto da promoção, por parte da guerrilha, de ações pedagógicas sobre a paz em alguns de seus acampamentos. No dia 18 de fevereiro, foi noticiado que altos representantes das FARC, dentre eles seu negociador-chefe, Iván Márquez, compareceram a uma de tais ações no departamento nortista de La Guajira. Além de, na ocasião, empreenderem uma campanha por uma Assembleia Constituinte – o que o governo segue rejeitando –, houve polêmica principalmente devido à escolta armada que cercava os representantes e ao envolvimento da população civil no esforço (o que é vedado). O negociador-chefe do governo, Humberto de la Calle, deixou claro que ações pedagógicas foram de fato autorizadas, porém ressaltou que uma série de regras foram violadas em sua concretização, inclusive a proibição da ação política armada. Isso levou o presidente Santos a suspender as visitas, solicitando ao **Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)** e aos países garantidores que “**tomassem as medidas necessárias para que o grupo encabeçado por Iván Márquez retornasse a Havana o mais breve possível e de acordo com os protocolos de segurança acordados**”. Em **comunicado oficial**, as FARC argumentaram que não se podem utilizar compromissos inexistentes em protocolos oficiais para restringir o direito à informação comum a todos os cidadãos.

A incorporação do Exército de Libertação Nacional (ELN) às negociações de paz, por sua vez, parece crescentemente improvável. As conversações exploratórias encontram-se estagnadas, e intensificaram-se enfrentamentos militares entre as partes e **sequestros** por parte da ELN. Enquanto que há setores da guerrilha, principalmente na frente oriental, que se opõem à via negociada, coloca-se igualmente como obstáculo o delicado papel que precisaria ser assumido pela Venezuela, e especificamente pelo presidente Nicolás Maduro, em eventuais negociações. Embora tenha o Equador assumido significativo papel nos diálogos até o momento, **cresce na organização uma preferência pelo envolvimento da Venezuela** – que passa por sua própria crise política – no processo. A respeito desse impasse, o presidente Santos afirmou que a guerrilha “**está perdendo o trem da paz**”, e destacou que, sem a solução pacífica, resta apenas a opção do combate.

Em seu relatório anual a respeito do estado dos direitos humanos no mundo, a Anistia Internacional observou que, apesar dos avanços do processo de paz, “**o conflito continuou tendo um impacto negativo sobre os direitos humanos da população civil, sobretudo dos povos indígenas, das comunidades de camponeses e de afrodescendentes e dos defensores dos direitos humanos**”. No dia 16 de fevereiro, um grupo de ao menos vinte representantes destacados da comunidade negra colombiana enviou uma **carta** ao presidente Santos, em que solicitavam uma reunião com o mandatário e maior atenção à população negra nos diálogos de paz – à qual não obtiveram resposta. Nesse mesmo dia, um documento com 300 pontos referentes à busca por desaparecidos, elaborados por mais de 80 organizações de vítimas do conflito, foi enviado à mesa de negociações. Solicitando sobretudo participação ativa nesse processo, as organizações pedem a colaboração das FARC para a localização dos desaparecidos, e do Estado, tanto para acelerar o processo de busca e reconhecimento quanto esclarecer sua responsabilidade em casos como os “falsos positivos”.

Segundo **pesquisa** recente da Gallup, houve uma queda no otimismo da população colombiana frente à gestão Santos de modo geral e ao processo de paz em particular. A desaprovação do governo foi de 52%, em dezembro de 2015, a 69% em fevereiro. Enquanto que 44% não acreditava que o processo de paz trilhava um bom caminho na medição anterior, esse número chega agora aos 57%. Em relação ao cumprimento do prazo, há ainda mais ceticismo – 80% não acreditam que as negociações serão concluídas até 23 de março. Apesar da aparente perda de fôlego no plano doméstico, o governo logrou, no dia 23 de fevereiro, alinhar uma coalizão partidária intitulada **Unidade para a Paz** (na qual apenas não estará presente o Centro Democrático de Álvaro Uribe),

Radar GSUM

nº 7 | Edição especial – De 05 de fevereiro a 04 de março de 2016

destinada a consolidar a aprovação de medidas para o pós-conflito no Congresso e fortalecer a campanha pelo “sim” no plebiscito sobre os acordos finais.

Fontes:

- INFOLATAM. “Señales internacionales favorables para la paz en Colombia”. (07/02/2016): <http://goo.gl/86ygRa>
- EL TIEMPO. “Cae respaldo al presidente Santos y al proceso de paz”. (01/03/2016): <http://goo.gl/sNmHuQ>
- LA SILLA VACÍA. “La plataforma política de las Farc”. (24/02/2016): <http://goo.gl/BhKI6z>
- PRESIDENCIA DE COLOMBIA. “Ministro de Justicia presentó Jurisdicción Especial para la Paz a la Corte Penal Internacional”. (17/02/2016): <http://goo.gl/RgfDnP>
- EL TIEMPO. “Víctimas envían documento a La Habana para búsqueda de desaparecidos”. (16/02/2016): <http://goo.gl/6yNeNr>
- EL ESPECTADOR. “Anuncian creación del gran Pacto por la Paz”. (23/02/2016): <http://goo.gl/TQZLxG>
- EL PAÍS. “Afros le piden a Santos ser tenidos en cuenta en temas de paz”. (24/02/2016): <http://goo.gl/CWtKY0>
- PRESIDENCIA DE COLOMBIA. “El Papa Francisco visitará Colombia el año entrante, anunció el Presidente Santos”. (11/02/2016): <http://goo.gl/IBfW7I>
- SEMANA. “FARC expresan ‘plena disposición’ a cerrar cronograma de paz”. (02/03/2016): <http://goo.gl/18eYcc>
- INFOLATAM. “Unas 700 personas debatirán sobre fin del conflicto colombiano en foro de ONU”. (03/02/2016): <http://goo.gl/OMFjxP>
- EL ESPECTADOR. “‘Acciones del ELN generan incredulidad y desconfianza’: Mininterior”. (10/02/2016): <http://goo.gl/OVVEkS>
- EL TIEMPO. “Países garantes del proceso buscan salida a ‘impasse’ con las Farc”. (22/02/2016): <http://goo.gl/GzilAH>
- INFOLATAM. “Las FARC anuncian que no reclutarán en sus filas a menores de 18 años”. (10/02/2016): <http://goo.gl/fRJ1bP>
- EL ESPECTADOR. “‘El nuevo capítulo del Plan Colombia se llamará Paz Colombia’: Obama”. (04/02/2016): <http://goo.gl/c8Etdc>

Relatórios

❖ WOLA

“Peace Colombia”: What’s new about it? (15/02/16): <http://goo.gl/2Is99z>

❖ ANISTIA INTERNACIONAL

Informe 2015/2016 – O Estado dos Direitos Humanos no Mundo (Fevereiro/16): <https://goo.gl/9OcCj8>

❖ Fundación Ideas para la Paz

Pedagogía sin armas: “deshabanizando” el proceso. (25/02/16): <http://goo.gl/i8Kqub>

❖ Fundación Paz y Reconciliación

Bandas criminales, el riesgo del postconflicto. (24/02/16): <http://goo.gl/1LZNNV>

Declarações

❖ Presidencia de la República Colombiana

Radat GSUM

nº 7 | Edição especial – De 05 de fevereiro a 04 de março de 2016

Declaración del Presidente Juan Manuel Santos sobre el proceso de paz. (19/02/16): <http://goo.gl/aNsQj6>

Declaración del Equipo Negociador del Gobierno Nacional. (18/02/16): <http://goo.gl/7X2zMQ>

❖ FARC-EP

Comunicado: FARC-EP se Pronuncia por la Injustificada Polémica por Presencia en el Conejo. (19/02/16): <http://goo.gl/Af7qUt>

Colômbia & Venezuela

Crise na fronteira

No dia 27 de fevereiro, a Venezuela reabriu temporariamente trechos de sua fronteira com a Colômbia, com o objetivo de permitir a travessia de veículos de carga e oficiais de ambas nacionalidades que permaneciam presos há meses, desde a declaração de estado de exceção pelo presidente Nicolás Maduro em agosto do ano passado. Embora tenha se aplicado por poucas horas, a medida é enxergada como um primeiro passo na direção do reestabelecimento definitivo da circulação na fronteira.

Dois dias após a abertura, o governo da Colômbia emitiu nota oficial em que se declarava disposta a trabalhar em conjunto com o país vizinho em busca de soluções por uma fronteira mais segura. Com isso em vista, a Colômbia declarou encarar esse impasse como uma “oportunidade para continuar avaliando os principais problemas de segurança, delinqüência, desafios sociais, migratórios e econômicos que têm historicamente afetado esta zona do país”.

Fontes:

- SEMANA. “Venezuela reabrirá parcialmente frontera con Colombia”. (26/02/2016): <http://goo.gl/R1G5wP>
- PRESIDENCIA DE COLOMBIA. “Colombia y Venezuela acuerdan permitir retorno de vehículos de carga y servicio público que quedaron al otro lado de sus respectivas fronteras”. (26/02/2016): <http://goo.gl/piuCxU>
- EL ESPECTADOR “Gobierno aumenta controles de seguridad en frontera con Venezuela”. (29/02/2016): <http://goo.gl/qil1uV>

Declarações

❖ Presidencia de la República Colombiana

Comunicado del Gobierno de Colombia acerca de las medidas migratorias en la frontera con Venezuela. (29/02/2016): <http://goo.gl/hcP33y>

Venezuela Lutando contra a crise

No dia 17, o presidente Nicolás Maduro anunciou um plano econômico com três linhas para vencer a inflação do país, sendo eles: (1) descobrir e remover todos os sistemas e subsistemas da ‘guerra econômica’ em escalas nacionais, regionais e locais; (2) superar todos os mecanismos de funcionamento do velho sistema econômico rentista; e (3) a montagem de novos sistemas de forças produtivas, distributivas e comerciais e fixadoras de preço. O Presidente ressaltou que as novas ações estratégicas incluídas na Agenda Econômica Bolivariana têm como objetivo recuperar e revigorar a economia nacional, através da construção de um novo modelo de desenvolvimento que supere a atual economia rentista sustentada pelas receitas do petróleo. Na mesma semana, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) anunciou um acordo entre Rússia, Arábia Saudita, Venezuela e seus demais membros para congelar a produção nos níveis vistos em janeiro. O acordo visa **reduzir os níveis de produção**, pressionando a alta do preço do barril. No dia 02 de março realizou-se uma reunião com mais de 15 países produtores de petróleo, para discutir o apoio ao acordo firmado.

Já no dia 18, a estatal venezuelana Petróleos de Venezuela (PDVSA), recebeu **500 milhões de dólares** da maior empresa de petróleo da Rússia, a também estatal Rosneft, que aumentou de 16,6% para 40% sua participação na *joint venture* com a Petromonagas, que extrai petróleo na Faixa do Orinoco, no centro leste da Venezuela. Em encontro com trabalhadores do setor público, o presidente Nicolás Maduro **voltou a pedir o apoio popular** para suas políticas. Maduro anunciou ainda o aumento da taxa de câmbio oficial **de 6,3 para 10 bolívares por dólar**; e o primeiro aumento do preço da gasolina em 17 anos, que, apesar de ter seu preço multiplicado por sessenta, ainda continua sendo a gasolina mais barata do mundo. A oposição venezuelana **rejeitou as medidas econômicas** anunciadas pelo chefe de Estado, considerando que essas ações foram planejadas para “proteger” máfias e corruptos. Ainda no dia 18, o **Banco Central da Venezuela** informou que a inflação venezuelana atingiu 180,9% em 2015, um dos índices mais altos do mundo, enquanto a economia se contraiu 5,7%. Empresas multinacionais começam a sair do país, como a Pepsi e a Mondelez. A multinacional de bens de consumo **Kimberly-Clark também anunciou que desconsolidará suas operações na Venezuela**. O ministro da Indústria e Comércio da Venezuela, Miguel Pérez Abad, assegurou publicamente que o Estado honraria sua dívida. No dia 26 de fevereiro o governo venezuelano fez um pagamento de **US\$ 1,5 bilhão** a credores internacionais.

Após frequentes apagões, o governo venezuelano iniciou um **acionamento de energia**. Devido à seca provocada pelo fenômeno climático El Niño, o principal

reservatório do país (El Guri) conta com apenas 25% da sua capacidade. De acordo com o ministro da Energia Elétrica, Luis Motta Domínguez, sem um racionamento nacional significativo, a Venezuela poderá sofrer um colapso. A geração de energia em termelétricas deverá aumentar em pelo menos mil megawatts para tentar amenizar o impacto da seca na produção. No dia 11, a Assembléia Nacional (AN) declarou emergência alimentar, na tentativa de reduzir os preços de alguns produtos, como remédios e carnes.

Henrique Capriles, completou, no dia 21, o seu segundo dia de passeio pelo interior andino do país, promovendo um referendo para revogar o mandato do presidente Nicolas Maduro. Capriles pediu apoio a seus seguidores, afirmando que são necessários, pelo menos, **20% dos eleitores** para convocar o referendo revogatório contra Maduro. A Procuradoria Geral da República da Venezuela abriu uma **investigação administrativa contra o governo de Miranda, envolvendo Capriles** e outros quatro funcionários da administração regional, por execuções orçamentárias em 2011, 2012 e 2013.

Na segunda-feira, 29, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, recebeu parlamentares venezuelanos que informaram seus objetivos ao governo brasileiro. Estes afirmaram que irão agir de acordo com os **“mecanismos constitucionais que serão ativados nos próximos dias e substituir, de forma pacífica, constitucional e popular, o Governo do Presidente Nicolás Maduro”**.

A chanceler venezuelana, Delcy Rodríguez, pediu que a ONU avalie se a lei da anistia discutida pela oposição parlamentar é ou não constitucional. De acordo com Rodríguez, **“a lei alcança desde janeiro de 1999, quando entrou em vigor a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, até inclusive delitos futuros, dando esperança às facções violentas políticas na Venezuela para derrubar o governo e permitir, com esta lei, impunidade e autoperdão”**. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, no dia 25, um voto de apoio à **concessão de anistia** aos presos políticos da Venezuela. O requerimento foi apresentado pelo presidente da comissão, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), durante audiência pública, com participação da delegação parlamentar venezuelana. A lei de anistia passa por **consulta popular** a partir do dia 26, antes de ser aprovada em definitivo.

No dia 1º de março a oposição venezuelana aprovou no Parlamento uma primeira leitura da lei de produção nacional, que prevê restituir ou entregar terras e empresas que foram estatizadas durante o governo chavista. A lei prevê que cerca de 6.000 empresas nacionalizadas sejam devolvidas aos antigos proprietários. **Apenas 300 delas são produtoras de alimentos**. No mesmo dia, a Sala Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela determinou que as nomeações de 13 juizes e 21 suplentes realizadas pela formação anterior da AN, **não poderão ser revisadas ou anuladas pelo atual Parlamento**. Para tanto, será preciso contar antes com o aval do procurador-geral da República, do Defensor do Povo e do Auditor-geral da República.

Fontes:

- VALOR. “Dos supermercados aos hospitais, as muitas faces do colapso na Venezuela”. (16/02/2016): <http://goo.gl/bENYhU>
- TELESUR. “Líneas de acción del nuevo modelo económico venezolano”. (17/02/2016): <http://goo.gl/GzBDdn>
- SPUTNIK. “Analista aponta resultados positivos para o petróleo com acordo de produção na Opep”. (17/02/2016): <http://goo.gl/tcDEFH>
- EL PAÍS. “Presidente da Venezuela aumenta em 60 vezes o preço da gasolina”. (18/02/2016): <http://goo.gl/W8yeZC>
- INFOLATAM. “Oposición venezolana rechaza medidas económicas que “protegen a mafias”. (18/02/2016): <http://goo.gl/oQzvWZ>
- REUTERS. “Venezuela sending new proposals to OPEC, non-OPEC producers”. (19/02/2016): <http://goo.gl/7ICQuJ>
- REUTERS. “Tough road for Venezuela after dire data, inadequate measures”. (19/02/2016): <http://goo.gl/bF3tmD>
- EFECTO COCUYO. “Maduro llama a su gente a “prepararse” ante los escenarios que plantea la oposición”. (20/02/2016): <http://goo.gl/KWYKx2>
- EFECTO COCUYO. “Petrolera rusa compra 40% de acciones en Petromonagas y paga \$ 500 millones a Pdvsa”. (22/02/2016): <http://goo.gl/HIGtc2>
- INFOLATAM. “Capriles recorre Venezuela en promoción de referendo para revocar a Maduro”. (21/02/2016): <http://goo.gl/OGtSyS>
- ANSA. “Lei de Anistia passará por consulta popular na Venezuela”. (24/02/2016): <http://goo.gl/oh7VxK>
- DEUTSCHE WELLE. “Deputados venezuelanos pedem posição mais firme do Brasil”. (25/02/2016): <http://goo.gl/wAKGP3>
- AGÊNCIA SENADO. “Comissão de Relações Exteriores manifesta apoio à anistia na Venezuela”. (25/02/2016): <http://goo.gl/Fal5NK>
- JORNAL DO BRASIL. “WSJ: Venezuela reduz importações de alimentos para pagar dívida externa”. (26/02/2016): <http://goo.gl/ugUxOK>
- THE WALL STREET JOURNAL. “Venezuela paga US\$ 1,5 bi a credores, mas receio de moratória continua”. (29/02/2016): <http://goo.gl/x7Ddsf>
- AFP. “Opositor venezuelano Capriles é alvo de investigação da PGR”. (29/02/2016): <http://goo.gl/Mclloy>
- VALOR. “Kimberly-Clark prepara saída da Venezuela, depois de Pepsi e Mondelez”. (29/02/2016): <http://goo.gl/S9kAIB>
- EFE. “Devido à seca, Venezuela inicia racionamento de água em Caracas”. (01/03/2016): <http://goo.gl/xqWuqt>
- EXTRA. “Parlamento não pode anular nomeações de juízes na Venezuela”. (01/03/2016): <http://goo.gl/umPrRb>
- AFP. “Oposição venezuelana aprova lei de produção nacional”. (01/03/2016): <http://goo.gl/svfj0v>
- SPUTNIK. “Golpe branco: Oposições da Venezuela informam ao Brasil sobre queda do Governo Maduro”. (02/03/2016): <http://goo.gl/zimiQG>
- REUTERS. “Países discutirão congelamento de produção do petróleo, diz Venezuela”. (02/03/2016): <http://goo.gl/zq4og1>
- EFE. “Venezuela pede a ONU que averigue constitucionalidade de lei de anistia”. (02/03/2016): <http://goo.gl/PYRUS4>

Relatórios

❖ International Crisis Group

Alert: Venezuela on the Edge. (19/02/2016): <http://goo.gl/TVwnDE>

CrisisWatch Database. (01/03 2016): <http://goo.gl/3bwa5N>

❖ WOLA

The Citizen Security Proposals of Venezuela’s New National Assembly. (07/02/2016): <http://goo.gl/g8YddG>

Is Venezuela’s Media Landscape Changing Again? (19/02/2016): <http://goo.gl/6lr1Yu>

Radat GSUM

nº 7 | Edição especial – De 05 de fevereiro a 04 de março de 2016

Crash Course on Freedom of Expression in Venezuela during the Maduro Presidency. (22/02/2016): <http://goo.gl/PfaPqW>

Seven Comments on Venezuela's Amnesty Law. (28/02/2016): <http://goo.gl/65yt0X>

Venezuela's National Human Rights Plan Approved, Final Text Still Unknown. (02/03/2016): <http://goo.gl/8udvk2>

■ Declarações

❖ Ministério das Relações Exteriores do Brasil - Itamaraty

Nota 74 - Visita de Delegação Parlamentar Venezuelana. (25/02/2016): <http://goo.gl/S73mTf>

■ Venezuela & Guiana

■ Incertezas em Essequibo

O governo da Guiana continua otimista que o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, encaminhe a controvérsia fronteiriça com a Venezuela para um acordo judicial. No dia 19, o Ministro das Relações Exteriores guianense, Carl Greenidge, afirmou que uma equipe das Nações Unidas em breve deve visitar Georgetown e Caracas. No dia 20, os líderes dos 15 Estados membros da Comunidade do Caribe (Caricom), reafirmaram o seu apoio à soberania e à integridade territorial da Guiana sobre o território de Essequibo.

O Presidente David Granger reafirmou ao Chefe da ONU, em reunião no dia 21, que a Guiana sempre acreditou que o que está em questão na presente controvérsia é o seu caráter legal, e, por isto, a mesma deve ser resolvida por um processo legal. O Chefe de Estado afirmou a escolha da Guiana por uma solução jurídica, salientando que todos os lados concordam que o Acordo de Genebra é operante e autoriza que o Secretário Geral da ONU escolha uma solução jurídica como forma de liquidação final, caso as partes não cheguem a um acordo.

O ministro brasileiro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, visitou a Guiana no dia 02 de março, para discutir temas como infraestrutura, desenvolvimento na região de fronteira, cooperação técnica, integração regional e questões relativas à Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC) e à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Fontes:

- CARIBBEAN NEWS NOW. "Former diplomat promotes juridical resolution of Venezuela's claims to Guyana". (15/02/2016): <http://goo.gl/cFlfdk>
- DEMERARA WAVES. "UN to send another border fact-finding mission to Guyana". (19/01/2016): <http://goo.gl/KYMBBD>
- EL NACIONAL. "Caricom apoya a Guyana en disputa con Venezuela por el Esequibo". (21/02/2016): <http://goo.gl/CE8MD6>
- THE NEW YORK CARIB NEWS. "President Granger meets of UN Secretary General-reiterates call for juridical settlement". (21/02/2016): <http://goo.gl/ezpDj9>
- AFP. "Chanceler brasileiro visitará Guiana para buscar cooperação". (24/02/2016): <http://goo.gl/ucjRiC>

■ Declarações

❖ Ministério das Relações Exteriores do Brasil - Itamaraty

Nota 82 - Visita do Ministro das Relações Exteriores à Guiana – Georgetown, 2 de março de 2016. (29/02/2016): <http://goo.gl/QYYyQt>

Sobre o Radar

O Radar GSUM é uma plataforma de monitoramento quinzenal dos atuais conflitos na América Latina.

 Nos siga no Facebook! www.bricspolicycenter.org/gsum | gsum@bricspolicycenter.org



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS
Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org

